



Questão social e proteção social brasileira: aproximações teóricas a partir da superexploração do trabalho

TELES, Heloísa¹

MARCELINO, Eduarda²

Resumo: A questão social na particularidade brasileira apresenta elementos que inscrevem a desigualdade, dependência, exploração e racismo como estruturantes. Nesse contexto as problematizações apresentadas nesse artigo buscam evidenciar como a superexploração do trabalho agrava as condições para efetivação da proteção social no país. Ancorado pelo método materialista histórico dialético, o presente artigo objetiva refletir sobre algumas particularidades que conformam a “questão social brasileira”, bem como seus desdobramentos no âmbito do alcance da proteção social a partir da reflexão sobre a superexploração do trabalho.

Palavras-chave: Questão Social. Proteção Social. Superexploração do trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta-se como resultado parcial da pesquisa intitulada *A questão do Estado no capitalismo dependente: cartografia categorial desde a Teoria Marxista da Dependência* que tem por objetivo analisar a questão do Estado no Capitalismo dependente, decifrando a contradição entre a ideologia da modernização do Estado latino-americano e sua expressão fenomênica concreta - como coadjuvante no processo de aprofundamento da desigualdade social, produto da sobreposição entre subdesenvolvimento e dependência.

O artigo encontra-se vinculado ao objetivo de pesquisar com mais ênfase os desdobramentos do capitalismo capitalista na conformação da questão social e, conseqüentemente, nos impactos sofridos na capacidade de garantia da proteção social e apresenta uma breve reflexão sobre a categoria da superexploração do trabalho como elemento central para essa a dinâmica contraditória assumida no Brasil.

A condição de vida atual da classe trabalhadora explicita a intensificação da expropriação do mais valor sob a égide do capitalismo financeiro. Em contrapartida a classe trabalhadora busca engendrar estratégias que sejam capazes de produzir impactos na lógica

¹ Assistente Social, Mestre e Doutora pela PUC/RS. Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas. E-mail: heloisa.teles@ufsc.br

² Graduanda de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de pesquisa do grupo de estudos e pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas. E-mail: eduardasallamarcelino@gmail.com



predatória capitalista e elevar, mesmo que minimamente, seu padrão de reprodução social. A essa relação contraditória denomina-se questão social e esta se apresenta como objeto de trabalho do Serviço Social.

Nesse contexto, o Estado vem desempenhando um papel fundamental na relação contraditória estabelecida entre a exploração dos trabalhadores e o atendimento as suas necessidades mínimas de reprodução. Nas reflexões que seguem, a categoria da superexploração do trabalho será evidenciada como mecanismo fundamental para a manutenção e agravamento desse quadro.

2 A QUESTÃO SOCIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA E OS LIMITES PARA A PROTEÇÃO SOCIAL

A formação do Brasil em seus diferentes aspectos (econômicos, sociais, culturais, políticos, etc) é bastante peculiar. Traços vinculados ao desenvolvimento sempre estiveram aliados aos de conservadorismo. A consolidação do capitalismo brasileiro, assim como na maioria dos países latino-americanos, se deu marcado por processos que combinaram elementos modernos do capitalismo central com relações sociais e de produção arcaicas, fundantes da economia brasileira. Tendo como alicerces da sua estrutura econômica o trabalho escravo e as relações sociais de produção baseadas na escravatura, o Brasil transitou do período colonial travestido de pré-capitalista para assumir o caráter do subdesenvolvimento no circuito capitalista global (CUEVA, 1983).

Apesar de se constituir como gênese do capitalismo, a questão social vai assumir características particulares, dependendo do processo sócio-histórico, político e econômico de cada região. No Brasil carrega inscrita as marcas do processo de genocídio e exploração expressos pela expropriação brutal das suas terras e matérias-primas e do trabalho escravo. Sua origem apresenta elementos que particularizam as condições de acumulação e centralização da riqueza no país que aqui ganham a marca da superexploração do trabalho expressa, dentre outras maneiras, pela constituição da superpopulação relativa e de condições ínfimas para manutenção das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Encontra-se na raiz da produção/reprodução da questão social a relação dual estabelecida no contexto da formação capitalista mundial entre a acumulação da miséria relativa latino-americana e a acumulação primitiva do capital nos países europeus.

Desdobram-se desse modo particular de desenvolvimento os velhos poderes da sociedade colonial brasileira que, materializados pela estrutura arcaica e dependente de produção e reprodução social, se ocupam em manter o status quo, preservando os velhos modos de distribuição/concentração da riqueza socialmente produzida e a reprodução de



seus interesses em detrimento das possibilidades de elevação dos níveis de qualidade de vida e redução da desigualdade social.

Considerando o processo de modernização da elite agrária via coalização com a tímida burguesia industrial e a cooptação do Estado em favor dos seus interesses, tem-se no país a preservação das relações de dependência tradicionais, não deixando espaço para os interesses das classes subalternas no interior das alianças de poder das classes dominantes (IANNI, 2004). Desse modo, a dinâmica das relações de poder estabelecidas entre o Estado e os diferentes setores da sociedade é responsável pela forma determinada de institucionalização e desenvolvimento das estruturas insuficientes de resposta às expressões da questão social.

Esse quadro impacta diretamente na possibilidade de constituição de padrões mínimos de cidadania. A prevalência das relações de favor e de dependência encerram na proteção social brasileira o padrão da desproteção social e da hierarquização dos segmentos sociais, vinculado estritamente a sua capacidade produtiva.

Uma das explicações para esse modo particular de formação reside na característica assumida pelos países latino-americanos de modernização conservadora, materializada pela trajetória não democrática e autoritária assumida pela grande maioria dos países. A transição do escravismo colonial para o capitalismo se deu voltada para o atendimento dos interesses internacionais, comprometida com a acumulação primitiva dos países capitalistas europeus. No caso brasileiro, pode-se afirmar que ocorreu uma cisão entre os produtores diretos e os meios de produção, agravada pela drenagem das riquezas via intercâmbio desigual, da exploração de superlucros e da pilhagem pura e simples (CUEVA, 1983).

A questão social inserida nessa concepção e entendida como fruto da acumulação capitalista, vai assumir características singulares no Brasil. O Estado não garante condições mínimas para manutenção da reprodução social dos trabalhadores, o capital não remunera os trabalhadores de forma a garantir sua subsistência e a classe trabalhadora vivencia inúmeros limites para sua organização política e capacidade de tensionamento em prol de suas reivindicações. Em nosso país a acumulação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora e apropriada de forma privada pela burguesia é levada a máxima potência, produzindo índices de desigualdade e pobreza elevados.

Soma-se a isso a intensa política manipulatória perpetrada pela elite dominante que vem, historicamente, insistindo na reprodução de uma interpretação punitivista e dissociada da formação sócio-histórica brasileira. Como resultado, observa-se que no Brasil a questão social tem sido descolada de seu caráter social e tratada como um fator político partidário e problema individual a ser resolvido no e pelo mercado, tendo como estratégia de enfrentamento ações fragmentadas e focalizadas voltadas, principalmente, ao atendimento



das necessidades sociais vinculadas à manutenção das condições mínimas de reprodução da força de trabalho.

O caráter dependente dos países latino americanos que refere ao estabelecimento de uma relação interdependente entre as nações, em que a produção dos países periféricos serve como base para a perpetuação da dominação dos países centrais, corrobora com a premissa destacada acima. Dito de outra forma, a economia brasileira opera uma função particular junto à economia capitalista mundial, garantindo a possibilidade de expansão continuada da acumulação capitalista dos países centrais em detrimento das demandas e reivindicações dos trabalhadores. Esse quadro agrava as condições de desenvolvimento das forças produtivas, deixando a economia brasileira mais suscetível a relações comerciais desfavoráveis e reiterando o caráter histórico de intercâmbios desiguais no âmbito das exportações e importações.

A herança conservadora continua se expressando na realidade social pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e por relações sociais de produção, muitas vezes, análogas à escravidão e à servidão. Ainda como herança maldita das determinações sócio histórica destaca-se à questão da escravidão que hoje resulta em índices de preconceito e desigualdades tão acentuados que acabam por reforçar o caráter excludente das políticas sociais, dificultando ainda mais o acesso da população aos serviços básicos. A história do genocídio e expropriação sem precedentes cometido nos países da América Latina comprovam que a necessária acumulação capitalista dos países centrais vem, historicamente, significando a não acumulação nos países periféricos através do incremento paulatino de estratégias que mantêm a centralização e concentração de riquezas, o baixo desenvolvimento tecnológico e o incentivo à produção de bens primários (commodities).

A reprodução das contradições inerentes a formação sócio histórica brasileira impacta na continuidade e agravamento das condições atuais e na capacidade de resposta do Estado e sociedade. O viés patrimonialista e coronelista que hoje se manifesta através do suborno, chantagens, compra de votos, homicídios, tutela, concessão de favores, uso do bem público para benefícios particulares, diferenciação do acesso aos serviços de saúde, favorecimento de alguns sujeitos em detrimento de outros, arranjos onde os profissionais praticam cobranças indevidas ou superfaturadas, entre outros, também se apresenta como fundante das relações sociais no Brasil.

Nessa linha de pensamento é possível apreender que o país é caracterizado por uma sociedade elitista/concentradora onde a aplicação das leis é regida pelo signo da repressão e corrupção, caracterizando uma grande parcela de eleitores que não compreendem seu papel nos processos democráticos, que não reivindicam a efetivação de seus direitos, que não ocupam os espaços de controle social e que continuam sendo governados a partir dos interesses de determinados grupos dominantes. A sociedade do não direito, onde a cidadania



é considerada enquanto uma concessão dada pelos políticos à sociedade civil e a legitimação de sua representatividade não é garantida.

Esses elementos servem para indicar a importância da apreensão dos aspectos histórico-estruturais de nossa sociedade, pois as expressões da questão social vivenciadas hoje trazem circunscritos legados do passado acrescidos de novas particularidades. A questão social, entendida como elemento estruturante da acumulação capitalista e, portanto, engendrada na relação contraditória entre a exploração dos trabalhadores e sua capacidade de resistência, conforma-se como elemento chave para apreensão das condições materiais e amplitude da proteção social no país

Partindo das sistematizações dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência torna-se possível destacar a superexploração do trabalho como chave interpretativa para compreender como a questão social se expressa no país e o agravamento que tem apresentado essa categoria na vida da classe trabalhadora brasileira atualmente, tomando a ofensiva global do capital internacional.

2.1 A superexploração do trabalho e o agravamento da questão social

A categoria da superexploração da força de trabalho ganha destaque nas produções científicas no final da década de 1960 a partir de teóricos da Teoria Marxista da Dependência, em especial com Ruy Mauro Marini, que esboça a questão da superexploração em seus trabalhos iniciais e sintetiza em seu livro, *Dialética da Dependência* (1973). Para explicar a categoria da superexploração se faz necessário recuperar o conceito sobre as trocas desiguais de mercadorias entre países de capitalismo central e periférico.

Em sua obra, Marini (2000) apresenta os mecanismos que determinam a produção e a reprodução de capital em escala ampliada, partindo das relações estabelecidas entre países centrais e países periféricos, apontando ainda suas consequências sob a organização das sociedades dependentes. Segundo o autor, são estabelecidas relações comerciais que se baseiam em um sistema de trocas assimétricas e desfavoráveis, reatualizando permanentemente os termos do intercâmbio desigual.

Através desse mecanismo, os condicionantes da dependência empreendem uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial, de modo que tal dinâmica capitalista, nos termos de Marini (2000), é garantida através de uma superexploração da força de trabalho na periferia.

A superexploração da força de trabalho, mecanismo típico adotado nessas economias



por meio da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas, segundo análise de Marini (2000), caracteriza-se como um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva. Através da superexploração, portanto, a América Latina desempenha uma funcionalidade dual: transformando as relações sociais no interior dos países centrais, haja vista que os produtos primários fornecidos pelos países periféricos permitem manter determinado nível de salários aos trabalhadores daqueles países; compensando as perdas, próprias do intercâmbio desigual na relação com as economias centrais, a partir da superexploração da força de trabalho.

Assim, de acordo com Marini (2000), o que aparentemente configura um dispositivo estrutural de compensação em nível de mercado, caracteriza-se como um instrumento que opera internamente no âmbito das relações sociais de produção gerando, nos países dependentes, efeitos severos sobre o trabalho, por meio de três mecanismos, quais sejam, “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2000, p. 125). Nesse sentido, o Estado se expressa além de Estado burguês, como um Estado burguês dependente, ou seja, vinculado estritamente aos interesses do capital em escala global, e protagonista dos ajustes e organizações necessárias à permanência da dominação externa.

Desse modo, o intercâmbio desigual entre as relações de produção faz com que os países de capitalismo periférico consolidem uma relação de dependência e subordinação aos interesses dos países centrais, impactando em todas as dimensões da reprodução da vida social. Sendo a categoria da superexploração da força de trabalho uma característica estrutural da manutenção da dependência, e não apenas como uma exploração redobrada, ela vai ser caracterizada de quatro formas centrais: a) aumento da intensidade do trabalho sem aumento de produtividade; b) prolongação da jornada de trabalho; c) redução do preço da força de trabalho (salário) abaixo do seu valor; d) apropriação do fundo de consumo do trabalhador e conversão em acumulação de capital. Nesse sentido, é fundamental a compreensão das condições em que operam a superexploração nos países dependentes

A primeira dessas formas se expressa no aumento da intensidade do trabalho e que, aliada a precarização das suas condições, leva ao adoecimento e esgotamento psíquico e físico do trabalhador, como por exemplo as lesões por esforços repetitivos ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. Segundo dados do Observatório Digital de Segurança do Trabalho, o Brasil chega a contabilizar uma morte por acidente de trabalho a cada 3 horas e 40 minutos, demonstrando assim a superexploração por meio da intensidade do trabalho. Para Marini, “a exigência de mais-trabalho ao operário, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que



Marx chamou 'as pestes de guerra do exército industrial'", que é se apresenta por meio dos acidentes de trabalho. (MARINI, 2000, p. 229)

A segunda característica trata sobre o prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo necessário à reprodução da vida do próprio trabalhador. Diz respeito sobre o tempo de vida do trabalhador que é apropriado pelo capital e transformado em acumulação. Entre 2003 e 2009, em média 40% dos trabalhadores brasileiros cumpriram jornadas semanais acima de 44h, isto é, superiores à jornada normal de trabalho. Nas regiões metropolitanas, 25,5% tiveram jornadas semanais de 49h ou mais, sem contar que grande parte da classe trabalhadora do Brasil possui mais de um emprego, como forma de obter renda extra, sendo esse não contabilizado pelas pesquisas de renda em geral, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (LUCE, 2012). Além disso, é importante lembrar que mesmo que haja o pagamento da força de trabalho por horas extras trabalhadas, não há como remunerar o cansaço e esgotamento ocasionado ao trabalhador pelas horas além da jornada normal de trabalho.

Quanto a redução do preço da força de trabalho (salário) abaixo do seu valor, destaca-se a forma como a força de trabalho produz e valoriza o valor no aspecto do desgaste da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se reproduz como substância do valor, portadora da capacidade de gerar novas riquezas. Ancorada na reflexão produzida por Luce (2018), cabe atentar para o fundo de consumo e o fundo de vida e como essas duas dimensões se articulam e contribuem para a precarização da vida do trabalhador num contexto de superexploração do trabalho.

Na compreensão de Luce (2012), o fundo de consumo e o fundo de vida expressam, de forma dialética, a relação e metamorfose sofrida pelo valor diário e valor total da força de trabalho. Na dinâmica capitalista das economias dependentes essa correlação se dá de maneira desigual, resultando na violação do valor da força de trabalho. Ou seja, o trabalhador vai sendo exigido cada vez mais em relação ao dispêndio de sua capacidade produtiva (seja física ou intelectual) e sua remuneração vai sendo apropriada pelo capitalista de modo a resultar na remuneração abaixo do seu valor real. Esse processo acaba por desencadear um desgaste da força de trabalho, provocando um esgotamento precoce, bem como restringindo as condições mínimas para sua reprodução via acesso aos bens e necessidades básicas para reposição da sua força de trabalho.

O que está colocado é que a determinação do valor da força de trabalho, que é a reprodução da substância do valor, comporta-se de maneira diversa nas formações econômico-sociais dominantes e naquelas do capitalismo dependente. Estas diferenças são mais do que as oscilações sazonais do mercado gravitando em torno do valor. (LUCE, 2018, p. 160).



Por fim, no que diz respeito a apropriação do fundo de consumo do trabalhador e conversão em acumulação de capital cabe citar a relação estabelecida entre jornada de trabalho e salário. Assim como a jornada de trabalho vai sendo acentuada ao longo do desenvolvimento capitalista, o salário vai sofrendo deteriorações que não acompanham as necessidades de reprodução dos trabalhadores. Duas causas contribuem para a compreensão de como esse quadro é agravado nas economias dependentes. O primeiro diz respeito ao expressivo número de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva e suas consequências. Exemplos disso são os impactos causados na dinâmica produtiva (rebaixamento de salários e instabilidade dos empregos) e a diminuição significativa da capacidade de articulação política dos trabalhadores. O segundo se refere as estratégias operadas pela classe dominante para intensificação da exploração e compensação dos limites produtivos da economia brasileira (limites tecnológicos e produtivos).

Há de se destacar a luta dos trabalhadores ao longo da história, materializando o caráter contraditório da questão social. Diversos direitos foram conquistados no que se refere ao reconhecimento e garantia dos direitos dos trabalhadores em decorrência da mobilização e lutas empreendidas. Todavia, o reconhecimento dos mecanismos utilizados pela classe capitalista e sua eficácia aponta para os desafios postos à classe trabalhadora na busca de melhores condições de vida e superação da superexploração vivida nas economias dependentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão social é forjada por elementos históricos e sociais que traduzem o processo de formação das diferentes sociedades capitalistas. O caso brasileiro revela a constituição de uma sociedade pautada na escravidão e no conservadorismo assentada, majoritariamente, na economia latifundiária, agrária e exportadora. A forma determinada de colonização voltada para a exploração em níveis predatórios, o genocídio das populações originárias e a escravidão como modo de produção prioritário inscrevem marcas tão profundas nas relações sociais que se desdobram na caracterização de um modo específico de desenvolvimento: o subdesenvolvimento. O desenvolvimento do Brasil foi marcado por inúmeras tensões e deficiências que acabaram custando as chances de constituir um padrão mínimo de sociabilidade.

Nesse contexto, as condições de oferta de proteção social foram sendo estrangidas pelo compromisso assumido pelo Estado latino-americano com a manutenção dos padrões de dependência e compromisso com o capital internacional. Como resultado, há o



estabelecimento de uma dinâmica das relações de poder estabelecidas entre o Estado e os diferentes setores da sociedade que se torna responsável pela forma determinada de institucionalização e desenvolvimento das estruturas insuficientes de proteção social implementadas na região produzindo o que aqui tem sido denominado como desproteção social.

As reflexões apresentadas nesse ensaio buscaram evidenciar como a superexploração do trabalho atua como mecanismo determinante desse quadro, agudizando a questão social no país e distanciando ainda mais as possibilidades de garantia da proteção social. Por fim, importa sinalizar que a linha condutora da análise não se filia as concepções deterministas e fatalistas da história, mas busca evidenciar as contradições originárias em que o país se estrutura, apontando que as possibilidades para sua superação perpassam mudanças estruturais.

REFERÊNCIAS

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Ed., 1983.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.

_____. **Dialética da dependência**. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LUCE, Mathias Seibel. **A superexploração da força de trabalho no Brasil**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 32, p. 119-141, junho 2012.